

Albuíno exige que prefeituras integrem Transcol

O governador Albuíno Azeredo advertiu ontem as prefeituras e os empresários do setor de transporte coletivo que se não houver a integração de todos no sistema Transcol, ele determinará a implantação da tarifa diferenciada. A consequência desta medida, como disse, "será uma grande confusão, pois o Governo vai começar a competir com as tarifas dos municípios não integrados ao Transcol, e estes talvez não aguentem a competição", ressaltou.

Ele informou que hoje as prefeituras não assumem a sua responsabilidade com o transporte. "O projeto Transcol é mais que um ônibus. Tem os terminais, ajuda a pavimentar ruas. Eu não sou obrigado a pavimentar as vias, isto é responsabilidade dos municípios. Pegamos inclusive dinheiro emprestado para fazer este serviço, incluindo a drenagem das vias", desabafou, completando que os municípios não dão a contrapartida.

Na questão da implantação das catracas, o governador Albuíno Azeredo disse que esta briga é entre os empresários e motoristas e trocadores. "Mas quem leva a pior é o Governo. A integração tem que ter um conjunto de ações de todos, não só do Estado", considerou. Sobre a questão do passe livre, lembrou que o projeto para extingui-lo está há um ano na Assembléia Legislativa, para ser vota-

do "mas está na gaveta".

Integração

O governador disse que em Vitória não houve a integração do sistema Transcol, lembrando que em Cariacica até os serviços de pavimentação e drenagem das vias foi o Estado que bancou. "Nós estamos dispostos a dar nossa contribuição, mas as prefeituras e empresários têm que fazer o mesmo". Disse que hoje está faltando dinheiro para saúde e educação. "E o Governo vai subsidiar o transporte? Isto é loucura", assegurou, afirmando que só seria possível se o Estado buscasse outra fonte que não seja a tributária.

Sobre o Aquaviário, ele ainda não tem uma posição sobre quais medidas vai tomar em relação ao sistema. "Estamos estudando, pois o aquaviário, desvinculado do Transcol, reduz 2,3% da tarifa das linhas alimentadoras. Mas estou esperando os levantamentos dos técnicos para decidir", assinalou.

O subsecretário de Transporte, Guerino Dalvi, informou ontem que o Governo já tomou algumas medidas para tentar reduzir os custos das passagens. "Reduzimos o número de coletivos sem prejuízos para a população, nas linhas interterminais", disse, mas não soube especificar quais foram as linhas reduzidas.



O protesto contra o Governo de Albuíno reuniu cerca de 30 pessoas

Centro tem manifestação fraca

Pouco mais de 30 pessoas, entre servidores públicos e representantes das comunidades da Grande Vitória, participaram, ontem, de uma manifestação de “descomemoração” pelos dois anos do Governo Albuíno. O ‘toque’ bem-humorado do ato público foi a presença de um sócia do governador; na realidade, o palhaço “Azedinho”, vestido com calça azul-marinho e camisa branca, e que ostentava uma cabeça de papel-machê reproduzindo Albuíno Azevedo. O trânsito foi parcialmente afetado, porque os manifestantes ocuparam meia pista da Avenida Jerônimo Monteiro.

Programada para começar às 15 horas a manifestação só teve início por volta das 17 horas. Lá estavam representantes das federações e conselhos populares de Vitória, Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha, além de líderes dos sindicatos dos servidores do Iesp (Sindiesp), dos professores da rede estadual (Sindiupes) e da Federação das Associações e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes), além da CUT.

Dispostos a criticar o que garantem não funcionar no Estado, os setores da Educação, da Saúde e do transporte coletivo, os manifestantes atraíram a atenção do povo, nas ruas, com uma réplica do ônibus Transcol denominada “Transcô coletivo”, puxada pelo sócia de Albuíno e levando em seu interior dois palhaços. Na bandeira a inscrição “T. Maracutaia”.

O falso ônibus, de papelão, reproduzia o que Carmem de Moraes Saraiva, da Famopes, define no sistema de transporte: “A tarifa é cara, há superlotação, atraso, e agora querem implantar roletas eletrônicas que vão desempregar muitos cobradores. O setor está longe do ideal”. Na saúde, Maria Bethânia Tardin, do Sindiesp, garante que “existe um holocausto”.

Nos hospitais públicos, garante ela, falta até soro fisiológico, seringas, analgésico e alimentação. No Dório Silva muitos auxiliares de enfermagem trabalham sem carteira assinada ou contrato firmado. “Não se faz prevenção e temos cólera, raiva e meningite”, disse.